

PT cede emendas em troca de PEC

— Em tentativa de garantir Orçamento maior para o governo, equipe de Lula aceita negociar verba livre para parlamentares e limitar a 4 anos retirada do Auxílio do teto

DANIEL WETERMAN
ADRIANA FERNANDES
BRASÍLIA

Após três semanas de negociações, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição deve ser protocolada hoje no Senado. Em troca da aprovação do texto, a equipe do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aceitou que parlamentares destinem por meio de emendas parte dos recursos que vão ficar livres no Orçamento de 2023.

O novo governo também concordou em retirar o Auxílio Brasil do teto de gastos por quatro anos, e não mais de forma permanente, mas ainda en-

frenta pressão para reduzir mais esse período e também os valores no Orçamento.

Líderes do Congresso cobram uma redução maior do período de flexibilização para, no máximo, dois anos. Além disso, integrantes do PT negociam reduzir o impacto do estouro do teto de gastos, que poderia chegar a quase R\$ 200 bilhões, para R\$ 160 bilhões.

Uma das mudanças negociadas pelo futuro governo é aceitar com parlamentares, incluindo integrantes do Centrão, o destino dos novos recursos que entrarão no Orçamento do próximo ano. Com a retirada do Auxílio do teto, os R\$ 105 bilhões reservados para o programa atualmente ficariam livres para ou-

tros gastos em 2023, como obras, manutenção de órgãos públicos e recomposição de recursos para saúde e educação.

Âncora fiscal
Uma mudança cogitada é incluir na proposta um comando para revisar o teto de gastos em 2026

A versão inicial da PEC destina esse espaço para atender apenas pedidos da equipe de transição. Agora, a cúpula do PT admite aceitar a indicação de deputados e senadores, definindo as escolhas durante a votação do Orçamento de 2023, mas ainda mantendo o controle da execução sob

o guarda-chuva do Executivo.

Ainda não está definido se essa alteração entrará no texto já na versão protocolada da PEC ou se será negociada depois, durante a tramitação. “A PEC vai passar, estou convencido disso. A essência do problema e do debate será o destino dos R\$ 105 bilhões”, disse o líder do PT na Comissão Mista de Orçamento (CMO), Enio Verri (PR). “Os parlamentares vão apresentar emendas querendo pegar esse espaço e colocar na lei orçamentária.”

TETO. Uma terceira mudança em discussão entre equipe de transição e congressistas é incluir na PEC um comando para revisar o teto de gastos em 2026, permitindo ao novo go-

verno definir um novo índice para a correção das despesas, conforme o **Estadão** antecipou. O presidente eleito é cobrado para definir qual âncora fiscal irá substituir o teto de gastos, mas essa definição deve avançar só no próximo ano.

A PEC deve ser protocolada pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator-geral do Orçamento de 2023, com a assinatura de aliados de Lula no Senado, e começaria a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP). Alcolumbre quer ser o relator da PEC, mas ainda não houve definição. Outro cotado é Alexandre Silveira (PSD-MG), braço direito do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia&Negócios **Caderno:** B **Página:** 10